

Superávit primário foi de R\$ 8,6 bilhões em outubro

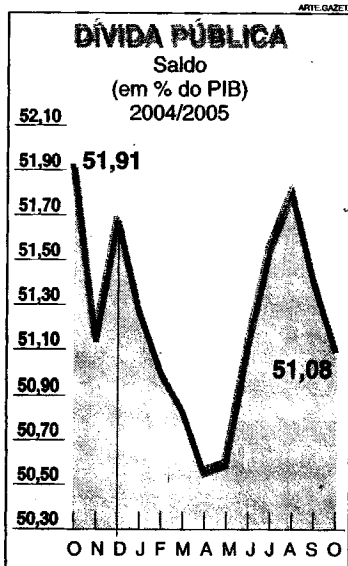
No acumulado do ano, o superávit atingiu a cifra recorde de R\$ 95 bi, ou 5,97% do PIB

SILMARA COSSOLINO
BRASÍLIA

O setor público registrou em outubro superávit primário de R\$ 8,6 bilhões, o melhor resultado para o mês desde o início da série, em 1991. O governo central respondeu por R\$ 6,3 bilhões; os governos regionais, por R\$ 1,7 bilhão; e as estatais, por R\$ 520 milhões. No acumulado do ano, o superávit atingiu R\$ 95,055 bilhões, o equivalente a 5,97% do Produto Interno Bruto (PIB) e também recorde para o período.

O esforço fiscal obtido no ano todo ultrapassou em R\$ 12,305 bilhões a meta estabelecida pelo governo, que é de 4,25% do PIB. O governo já havia conseguido cumprir em nove meses a meta fiscal de superávit primário estabelecida para o ano. Entre janeiro e setembro deste ano, o superávit primário do setor público consolidado estava em R\$ 86,502 bilhões, o equivalente a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar do arrocho ter sido ainda maior – já que foi recorde para o mês de outubro – o chefe do departamento econômico do Banco Central, Altamir Lopes, disse que o fato de ultrapassar a meta no mês não seria “algo novo”. “Na verdade, desde que o governo optou por política de sa-



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

neamento fiscal, estes resultados vêm se sucedendo. Tivemos resultados bem próximos do ponto de vista da ultrapassagem de meta nos meses de setembro e outubro, em anos anteriores. Isso não é nada de novo, mesmo porque sabemos da concentração que existe de gastos no fim do ano”, explicou ele.

Lopes estima que o resultado primário do setor público em novembro deverá ser menor do que os obtidos ao longo do ano devido ao fato de dezembro, como de costume, ser um mês onde se têm déficits “até bem expressivos”. Ao ser questionado se a manutenção do superávit em torno dos 6% do PIB iria levar adiante a discussão sobre ajuste fiscal de longo prazo, Lopes apenas respondeu que o esforço fiscal tem contribuído para a estabilidade e redução da dívida em

relação ao PIB. “O que vejo e o que passo é o que os números mostram. O julgamento político não cabe a mim”, respondeu.

Em outubro, a dívida líquida do setor público ficou em 51,1% do PIB, ante os 51,4% de setembro, alcançando R\$ 979,1 bilhões. No ano, a dívida líquida acumula queda correspondente a 0,6 ponto percentual do PIB. O Banco Central projeta para novembro a dívida em 51,1% do PIB, o mesmo patamar obtido em outubro. Para o final do ano a estimativa se mantém a mesma, de 51,5% do PIB.

Hoje há um grande debate em torno do esforço fiscal. De um lado, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, defende mais investimentos e menos rigor fiscal. No outro, está o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que quer um aperto fiscal maior ainda, algo em torno de 5% do PIB, o que considera suficiente para equilibrar as contas públicas. É possível que Palocci consiga um superávit maior do que o atual, próximo a 4,6%-4,7% do PIB.

Em outubro, os gastos com juros do setor público alcançaram R\$ 13,3 bilhões, em comparação com R\$ 14,5 bilhões em setembro. No ano, os juros nominais atingiram R\$ 133,5 bilhões, o que equivale a 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

As necessidades de financiamento do setor público passaram de R\$ 6,891 bilhões em setembro para R\$ 4,789 bilhões em outubro. O resultado acumulado no ano atingiu R\$ 38,436 bilhões (2,41% do PIB).